



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

PROF. DR. JOSÉ ARIMATÊIA LOPES
Reitor da UFPI

PROF.ESP. AROLDO DE CARVALHO REIS
Diretor-Geral do CTF

PROF^a MS MARTHA FONSECA
Vice-Diretora do CTF

PROF. MS. EVERARDO DE SOUSA LUZ
Diretor de Ensino



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

CNPJ: 07.885.809 / 0001 – 97

Razão Social: Colégio Técnico de Floriano-CTF

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: BR 343, Km 3,5 – **Bairro** Meladão.

Cidade/UF: Floriano/PI

CEP 64.800-000

Telefone: (0xx89) 3522.1768 **Fax:** (0xx89) 3522.1284

E-mail: ctf@ufpi.edu.br

Site: www.ufpi.br/ctf



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança.

Curso: Técnico em Agente Comunitário de Saúde

Tipo: Subsequente

Modalidade: Presencial

Habilitação: Técnico em Agente Comunitário de Saúde

Local de Oferta: Colégio Técnico de Floriano-CTF

Turno de Funcionamento: Noturno

Tempo de Integralização: 04 Semestres

Número de Vagas: 40

Periodicidade de Oferta: Uma turma anual.

Carga Horária Teórica: 1200 horas/aulas

Carga Horária Prática: 200 horas/aulas

Carga Horária Total: 1.400 horas/ aulas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO:	05
2. JUSTIFICATIVA:.....	06
3. OBJETIVOS:	08
3.1. OBJETIVO GERAL:.....	08
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	08
4. REGIME LETIVO:	09
5. PERFIL DO CURSO:	10
6. PERFIL DO EGRESSO:	12
7. FORMA DE ACESSO AO CURSO.....	14
8. MATRIZ CURRICULAR.....	15
9. DESCRIÇÃO E EMENTAS DAS DISCIPLINAS.....	17
10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	37
11. ESTÁGIO CURRICULAR.....	39
12. DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	40
13. ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS.....	41
14. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS.....	42
15. LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO CURSO.....	43



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

1. APRESENTAÇÃO:

O presente documento trata do **Projeto pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Agente Comunitário de Saúde**, inserido no eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança. Este plano foi elaborado pelos docentes do Curso Técnico em Enfermagem, com base na legislação que norteia a Educação e mais especificamente da Educação Profissional. O Curso Técnico de agente Comunitário de saúde busca corresponder à necessidade e pertinência do mercado de trabalho em saúde aliado aos objetivos de expansão dos cursos ofertados pelo colégio Técnico de Floriano (CTF).

Compreendendo a importância dos processos de formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde – SUS, faz-se oportuno ressaltar o caráter inclusivo desse curso, uma vez que ele estimula o aumento do nível de escolaridade e confere a importância ao ACS, o que significa uma grande conquista para essa categoria profissional. O trabalho que vem sendo realizado pelo agente comunitário de saúde é altamente importante e significativo para a consolidação do Sistema Único de Saúde nos municípios. Portanto, o que propomos com este curso é uma nova forma de olharmos, juntos, para o trabalho que vem sendo feito e ressignificá-lo. É reconhecer uma prática que vem sendo construída no cotidiano, sistematizando-a e teorizando-a, formalizando a legalidade profissional do agente comunitário de saúde na especificidade de seu trabalho para os que já estão atuando, e os que futuramente atuarão.

O curso completo terá a duração de dois anos, cumprindo a carga horária total de 1400 horas, distribuídas em 1.200 horas teórico - prática e 200 horas de estágio supervisionado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

2. JUSTIFICATIVA:

A política de saúde no Brasil, tendo a Reforma Sanitária como referência doutrinária e o Sistema Único de Saúde (SUS) como estratégia de reorientação setorial e institucional, fornece indicações importantes para a ordenação da formação dos trabalhadores do setor, apontando a necessidade de considerar o processo de trabalho em saúde como eixo estruturante para a organização dos processos de educação profissional.

Estas indicações estão expressas na Constituição Federal de 1988 e nos dispositivos legais infraconstitucionais (Leis 8080/90 e 8142/90) que definem um conceito ampliado de saúde, para além da dimensão setorial dos serviços, e um conjunto de princípios balizadores, centrados na integralidade, universalidade e equidade da atenção, bem como no controle social e na descentralização da gestão, com comando único em cada esfera de governo.

Ao garantir a universalidade do acesso, a Constituição Federal intensificou a demanda aos serviços de saúde, tradicionalmente centrados no eixo hospitalar. Buscando criar estratégias para reverter este modelo e atender à demanda crescente, várias experiências, em nível local, começaram a surgir priorizando ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, incorporando, em muitas delas, as contribuições da própria população, por meio de sua cultura no “saber-fazer” os cuidados com sua própria saúde. Estas experiências influenciaram a concepção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (1991) e posteriormente do Programa de Saúde da Família (1994).

Por outro lado, desde a implantação do PACS, os agentes comunitários de saúde vêm se organizando em busca do reconhecimento legal da profissão e, com a expansão do Programa Saúde da Família e a conseqüente incorporação destes trabalhadores nas equipes multiprofissionais, houve uma ampliação das aspirações do reconhecimento de sua identidade profissional e de seus direitos trabalhistas e sociais. A organização dos agentes propiciou a edição do Decreto Federal nº 3.189/99, que fixa as diretrizes para o exercício de suas atividades e, posteriormente, a elaboração de um projeto de lei que culminou na publicação da Lei Federal nº 10.507, de 10 de julho de 2002 que cria a profissão de agente comunitário de saúde.

O contexto sócio-político em que se insere esta nova categoria profissional, as peculiaridades da Lei Federal no 10.507/2002 e as diretrizes do Ministério da Saúde em relação à profissionalização dos trabalhadores do setor, suscitou importantes reflexões acerca do processo de regulação da formação do agente comunitário de saúde, delineando uma concepção

de formação que possibilite uma elevação de sua escolaridade e de seu perfil de desempenho profissional.

Com o objetivo de concretizar a formação profissional do Agente comunitário de saúde (ACS), em 2004, o Ministério da Saúde conjuntamente com o Ministério da Educação instituíram o Referencial Curricular para o Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde

Assim, as definições da política de educação profissional para o setor saúde, a importância do agente comunitário no contexto de mudanças das práticas de saúde, seu papel social junto às comunidades e seu perfil de escolaridade constituem uma base sólida onde se sustentam a necessidade e a pertinência de uma formação profissional em nível técnico.

Em consideração a todo esse cenário/contexto e em resposta as políticas de saúde e educação nacionais, e especificamente as necessidades locais e locais regionais em que a grande maioria de nossos ACS não possui a devida qualificação profissional Técnica é que o CTF está implantando o curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde.

Portanto, o curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde busca suprir a necessidade de formação adequada dos cidadãos que almejam a profissão de ACS, e dos que já atuam como via de conexão e integração entre as unidades de saúde e a comunidade onde esta está inserida.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

3. OBJETIVOS

3.1. GERAL

Formar Técnicos de Agentes Comunitários de Saúde, para atuar junto às equipes multiprofissionais, que desenvolvem ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais em domicílios e coletividades, no campo de interface intersetorial. Desenvolvendo ações de promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de processos educativos em saúde, promoção social e proteção da cidadania, fortalecendo e ampliando a qualidade de resposta do SUS às demandas da população.

3.2. ESPECÍFICOS

O curso tem como objetivos específicos capacitar os formandos para:

- Atuar junto às equipes multiprofissionais, para desenvolver ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais;
- Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de processos educativos em saúde, promoção social e proteção da cidadania;
- Incentivar atividades comunitárias junto com a equipe de saúde, na organização de grupos de apoio, conforme necessidade da comunidade;
- Detectar problemas de saúde ou a nível social durante as visitas domiciliares;
- Observar as condições de saneamento básico dentro da sua área de abrangência
- Participar das reuniões nos Conselhos de Saúde, para discutir estratégias de ação de acordo com as necessidades e carências da comunidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

4. REGIME LETIVO

O Curso de Nível Técnico em Agente Comunitário de Saúde Subsequente foi estruturado em quatro módulos semestrais, com 100% da carga horária na modalidade presencial, perfazendo um total de **1400 horas**, das quais **1200 são de aulas teórico-práticas** e **200 horas de estágio supervisionado**. O curso será ofertado no período noturno, com disponibilidade de até 40 vagas por ano, cabendo a coordenação conjuntamente com os professores estabelecer o turno e a disponibilidade de vagas a serem ofertadas a cada ano. Aos educandos, matriculados em anos anteriores, é assegurado a permanência no turno de origem durante toda a trajetória do curso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

5. PERFIL DO CURSO

O Curso ora proposto encontra-se inserido no **Eixo Ambiente, Saúde e Segurança**, que compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental.

Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde-doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais são características comuns deste eixo.

A organização curricular do Curso de Nível Técnico em Agente Comunitário de Saúde Subsequente foi elaborada de forma a ofertar uma educação profissional objetivando o “permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Artigo 39 da LDB), permitindo aos discentes, efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, que tanto modificam suas vidas e seus ambientes de trabalho. Além disso, o curso seguirá as disposições expressas no catálogo nacional de cursos técnicos - MEC.

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Nível Técnico em Agente Comunitário de Saúde Subsequente está fundamentado em um currículo onde o processo ensino aprendizagem é baseado no:

- a) âmbito da mobilização social, integração entre a população e as equipes de saúde e do planejamento das ações;
- b) no âmbito da promoção da saúde e prevenção de doenças, dirigidas aos indivíduos, grupos específicos e a doenças prevalentes e
- c) no âmbito da promoção, da prevenção e do monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário.

A efetivação da proposta pedagógica do curso passa por ações teórico-práticas, com ênfase ao exercício de atividades profissionalizantes, integrando ambientes e recursos de aprendizagem que incluem a utilização de laboratórios específicos, visitas técnicas e estágio curricular, onde o aluno tem oportunidade de proceder ao questionamento e ao desenvolvimento de seu senso crítico.

Assim, o currículo do curso está fundamentado nas características da formação do profissional, com a correspondente atribuição do título, nas atividades e competências para o exercício profissional, nos arranjos produtivos locais e regionais e no compromisso social.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

6. PERFIL DO EGRESSO

O Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde visa preparar profissionais para atuar como técnicos de nível médio junto às equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais, em domicílios e coletividades.

Este profissional atua no Sistema Único de Saúde no campo de interface intersetorial da assistência social, educação e meio ambiente; desenvolvendo ações de promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de processos educativos em saúde, privilegiando o acesso às ações e serviços de informação e promoção social e de proteção e desenvolvimento da cidadania, no âmbito social e da saúde, auxiliando e/ou desenvolvendo atividades como:

- Trabalhos em equipe de saúde;
- Promoção a integração entre a equipe de saúde e a população de referência adscrita à unidade básica de saúde;
- Orientação de indivíduos, famílias e grupos sociais quanto aos fluxos, rotinas e ações desenvolvidas no âmbito da atenção básica de saúde;
- Realização de ações de coleta de dados e registro das informações pertinentes ao trabalho desenvolvido;
- Promoção de estímulos à população para participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações locais de saúde;
- Realização mapeamento institucional, social e demográfico em sua micro-área de atuação;
- Análise dos riscos sociais e ambientais à saúde da população de sua micro-área de atuação;
- Realização de cadastramento das famílias na sua micro área de atuação e análise dos dados obtidos;
- Realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela população local, das informações obtidas nos levantamentos sócio-epidemiológicos realizados pela equipe de saúde;
- Avaliação e priorização dos problemas de saúde da população de sua micro-área de atuação, segundo critérios estabelecidos pela equipe de saúde e pela população local;
- Elaboração do plano de ação, sua implementação, avaliação e reprogramação permanente junto às equipes de saúde;
- Identificação da relação entre problemas de saúde e condições de vida;
- Implementação de processos de reflexão, junto aos indivíduos, grupos sociais e coletividades, acerca de suas condições de saúde/doença;
- Realização de atividades educativas;

- Orientação à população quanto a medidas de proteção à saúde (alimentação; higiene pessoal; limpeza, acondicionamento e destino do lixo, cuidados com a água e dejetos, prevenção de acidentes domésticos e outras);
- Promoção e implementação de ações intersetoriais;
- Orientação à família e/ou portador de necessidades especiais quanto às medidas facilitadoras para a sua inclusão social;
- Participação e mobilização da população para participar de reuniões do conselho local de saúde e de outros conselhos locais;
- Identificação das condições ambientais e sanitárias que constituem risco para a saúde de indivíduos e populações;
- Identificação, na micro-área, as doenças relacionadas aos problemas sanitários e ambientais locais;
- Orientação dos indivíduos e grupos quanto a medidas de redução ou prevenção de riscos ambientais e sanitários em saúde;
- Orientação dos moradores e famílias quanto aos cuidados relacionados ao ambiente domiciliar e peridomiciliar;
- Realização de acompanhamento da micro-área, utilizando indicadores definidos pela equipe de saúde;
- Identificação de indivíduos ou grupos que demandam cuidados especiais de saúde;
- Orientação à famílias e grupos na identificação de sinais indicativos de problemas de saúde;
- Comunicação à unidade básica de saúde da respectiva micro-área os casos existentes de indivíduos ou grupos que necessitam de cuidados especiais;
- Encaminhamento para a unidade básica de saúde as demandas de atendimento identificadas na população da microárea, segundo critérios estabelecidos pela equipe de saúde;
- Sensibilização dos familiares e seu grupo social para a convivência com os indivíduos que necessitam de cuidados especiais;
- Organização dos registros de acompanhamentos domiciliares, conforme estabelecido pela unida básica de saúde;
- Orientação e acompanhamento das gestantes e seus familiares nos cuidados relativos à gestação, parto, puerpério, aleitamento materno e cuidados com o recém nascido;
- Orientação das famílias e grupos quanto à saúde sexual e reprodutiva;
- Acompanhamento do crescimento e o desenvolvimento infantil e a situação vacinal das crianças, conforme planejamento da equipe de saúde;
- Orientação dos indivíduos e famílias sobre as medidas de prevenção e controle das doenças transmissíveis e não transmissíveis.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

7. FORMA DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao Curso de Nível Técnico em Agente Comunitário de Saúde Subsequente far-se-á mediante processo seletivo, de caráter classificatório, observando-se os critérios estabelecidos na Organização Didática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, as diretrizes da Lei 9394/96, os regulamentos estabelecidos pelo MEC, as orientações definidas pela Pró-Reitoria de Ensino da UFPI, atendendo o número de vagas disponíveis.

As normas, critérios de seleção, programas e documentação dos processos seletivos, constarão em edital próprio aprovado pelo Reitor do UFPI e Diretor Geral do CTF.

Nos processos seletivos far-se-á também a observância de ações afirmativas que contemplem estratégias para tentar superar as mazelas sociais, promover a inclusão e a justiça visando reconhecer e corrigir situações de direitos negados socialmente ao longo da história no âmbito educacional. O desenvolvimento de ações afirmativas é na verdade políticas de correção de desigualdades sociais e formas de efetivação de direitos. São formas de políticas públicas que objetivam transcender as ações do Estado na promoção do bem-estar e da cidadania para garantir igualdade de oportunidades e ampliar as ações de inclusão social no âmbito educacional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

8. MATRIZ CURRICULAR

O Curso está organizado de modo a garantir ao aluno vivenciar situações de aprendizagem de caráter teórico e prático, que permitam o domínio de conhecimentos e habilidades técnicas e o desenvolvimento de atitudes compatíveis com as exigências do perfil profissional que pretendemos formar. O Curso está estruturado em 04 módulos, perfazendo uma carga horária de 1.400 h sendo 1.200 h de ensino teórico-prático e 200 h de estágio supervisionado.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE						
Módulo	Núcleo	Disciplinas	CH	T	P	ES
I	Princípios Básicos Fundamentais do Trabalho do Técnico em ACS	Saúde e sociedade	60	45	15	-
		Introdução ao SUS	80	60	20	-
		Saúde e Segurança no Trabalho	60	45	15	-
		Introdução à Profissão de Agente Comunitário de Saúde	60	45	15	-
		Construção de Redes Comunitárias de Promoção da Saúde	40	30	10	-
Carga Horária - Módulo I			350	225	75	50
Módulo	Núcleo	Disciplinas	CH	T	P	ES
II	Competências Organizacionais do Trabalho do Técnico em ACS na Prevenção e Promoção da Saúde I	Educação e Promoção da Saúde	80	60	20	-
		Promoção do Ambiente Saudável	60	45	15	-
		Promoção da Alimentação Saudável e Segurança Alimentar	40	30	10	-
		A Estratégia da Saúde da Família/Saúde Bucal	60	45	15	-
		Prevenção e Primeiros Socorros	60	45	15	-
Carga Horária - Módulo II			350	225	75	50
Módulo	Núcleo	Disciplinas	CH	T	P	ES
III	Competências Organizacionais do Trabalho do Técnico em ACS na Prevenção e Promoção da Saúde II	Prevenção e Promoção da Saúde da Criança	60	45	15	-
		Prevenção e Promoção da Saúde do Adolescente	45	30	15	-
		Prevenção e Promoção da Saúde do Adulto	75	60	15	-
		Prevenção e Promoção da Saúde da Mulher	75	60	15	-
		Epidemiologia aplicada	45	45	0	-
Carga Horária - Módulo II			350	225	75	50
Módulo	Núcleo	Disciplinas	CH	T	P	ES
IV	Competências Organizacionais do Trabalho do Técnico em ACS na Prevenção e Promoção da Saúde III	Prevenção e Promoção da Saúde do Homem	60	45	15	-
		Prevenção e Promoção da Saúde do Idoso	60	45	15	--
		Prevenção e Promoção da Saúde Mental	60	45	15	-
		Promoção da Pessoa com Deficiência	40	30	10	-
		Sistemas de Informação em Saúde	80	60	20	-
Carga Horária - Módulo IV			350	225	75	50
Carga Horária Total			1400	915	285	200



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF**

09. DESCRIÇÃO DAS EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Módulo: I Disciplina: Saúde e sociedade	CH: 60→ Teórica: 45 e Prática: 15
<p>Ementa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação do povo brasileiro e a contribuição das etnias na construção das ciências, da política, da economia e da cultura. • Conceitos operados na sociedade civil contemporânea: organizações governamentais e não governamentais; movimentos sociais de lutas e defesa da cidadania das maiorias e pelo direito às diversidades humanas. • Saúde e doença como construções sociais. • Conselho gestor: municipalização da saúde. • Condições de risco social: violência, desemprego, alcoolismo, drogas, infância desprotegida, processos migratórios, analfabetismo, ausência ou insuficiência de infraestrutura básica e outros. • Programas sociais. • Recursos sociais do município. • Participação e mobilização social: conceitos, fatores que facilitam e/ou dificultam a ação coletiva de base popular. • Direitos humanos. • Lideranças: conceito, tipos e processos de constituição de líderes populares. • Família: ampliação do conceito, especificidade e diferenças. • Estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente a família. • Cultura popular e práticas populares no cuidado à saúde. 	<p>Bibliografia básica</p> <p>BOUDON, Raymond. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.</p> <p>CANESQUI, AM, organizador. Dilemas e desafios das ciências sociais na saúde coletiva. São Paulo: Hucitec /Rio de Janeiro: Abrasco; 1995. p.123-32.</p> <p>LE BRETON, D. A Sociologia Do Corpo. Petrópolis: Editora Vozes; 2006. 104 pp.</p> <p>ZANCHI, Marco Túlio; ZUGNO, Paulo Luiz, Sociologia da Saúde. Educ: São Paulo. 2 ed. 2008. 397p.</p> <p>CADERNOS DE SOCIOLOGIA. Natureza, História e Cultura. Repensando o Social. Porto Alegre: UFRGS/PPGS. 1993 (número especial).</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: I Disciplina: Introdução ao SUS	CH: 80→ Teórica: 60 e Prática: 20
<p>Ementa</p> <ul style="list-style-type: none"> • História das políticas públicas de saúde no Brasil. • Políticas públicas de saúde no Brasil-política nacional de saúde. • Sistema único de Saúde (SUS): conceito, organização, princípios e diretrizes. • Modelos assistenciais de saúde no Brasil. • Conselho gestor: municipalização da saúde. • Sistema municipal de saúde: estrutura, funcionamento e responsabilidades. • Intersetorialidade: conceito e dinâmica política administrativa do município. • Sistema único de Saúde (SUS): contextos e desafios do sistema público de saúde brasileiro. 	<p>Bibliografia básica</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Série Pactos pela Saúde. Vol. 4. Brasília: Ministério da saúde, 2006.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva. Brasília, 2006.</p> <p>POLIGNANO, M V. História das Políticas de Saúde no Brasil – Uma pequena revisão. Disponível em: http://www.medicina.ufmg.br/dmps/internato/saude_no_brasil.rtf</p> <p>RIVERA, F.J.U. Análise estratégica em saúde e gestão pela escuta. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.</p> <p>TEIXEIRA, C.F. Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades. Saúde e sociedade, v. 13 n. 1, p. 37 – 46, jan. abr 2004.</p> <p>BOSI, M.L.M. & MERCADO, F.J. Avaliação qualitativa de programas de saúde: enfoques emergentes. Petrópolis: Vozes Editorial, 2006.</p> <p>VILAS BÔAS, A.L.Q.; PAIM, J.S. Práticas de planejamento e implementação de políticas no nível local. Cadernos de Saúde Pública, 24(6): 1239-1250, jun. 2008.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: I Disciplina: Saúde e Segurança no Trabalho	CH: 60→ Teórica: 45 e Prática: 15
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Legislação e normas trabalhistas: preenchimento da CAT. • Prevenção de acidentes do trabalho. • Inspeção de segurança e investigação. • Ergonomia. • Riscos ocupacionais. • Acidentes de trabalho relacionados à área da saúde. • Programa de saúde do trabalhador: exames admissionais, periódicos e demissionais. • Divisão social do trabalho e trabalho em saúde. • Trabalho em equipe. • Doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho. • CIPA: organização, funcionamento e legislação. • Códigos e símbolos específicos de saúde e segurança no trabalho (SST). • Equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC). • Política nacional de saúde do trabalhador. 	<p>MELO, M. S. Livro da CIPA – Manual de Segurança e Saúde no Trabalho –SP.</p> <p>MANUAL DE LEGISLAÇÃO ATLAS – Segurança e Medicina de Trabalho. São Paulo: 1990.</p> <p>SENAI – Modelo Instrucional – Unidades Equipamento de Proteção Coletiva e Individual – 1980.</p> <p>Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. Acessada em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/insumos_portaria_Interministerial_800.pdf</p> <p>Segurança e saúde no trabalho. Acessado em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/10_cd_al.pdf</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Saúde do trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: I Disciplina: Introdução à Profissão de Agente Comunitário de Saúde	CH: 60→ Teórica: 45 e Prática: 15
Ementa <ul style="list-style-type: none"> • Legislação do trabalho do ACS: Lei Federal nº 10.507/2002; Portaria MS 1.886/97; Decreto Federal 3.189/99; Portaria Nº 648/GM de 28/03/2006; Lei Nº 11.350/ 2006; Projeto de Lei Nº 352/2012; Portaria nº 2.027 de 25 de agosto de 2011. • .Característica da profissão de ACS. • O trabalho do agente comunitário de saúde. • Possibilidades de atuação do ACS no mercado de trabalho. • O agente comunitário de saúde no âmbito das políticas voltadas para a atenção básica: concepções do trabalho e da formação profissional. • Necessidades em saúde. • Processo de trabalho em saúde. 	Bibliografia básica <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Política de Educação Profissional. Brasília, 2004 (mimeo)</p> <p>MARQUES, C. M. S, PADILHA, E. M. Contexto e Perspectiva da Formação do Agente Comunitário de Saúde. Brasília, 2004 (mimeo)</p> <p>NOGUEIRA, R. P, SILVA, F. B, RAMOZ, Z. V. O. A Vinculação Institucional de um Trabalhador Sui Generis – O Agente comunitário de Saúde. Cadernos do IPEA (?). Texto para discussão nº 735. Rio de Janeiro, 2000.</p> <p>MARQUES, C. M. S. As necessidades do Sistema Único de Saúde e a formação profissional baseada no modelo de competências, in: Ministério da Saúde/Profae. Revista Formação. Brasília, Ministério da saúde, 2002. V.2. ,n. 5. Pp. 17 - 27</p> <p>BRASIL. Ministério da saúde. Relatório da Consulta Pública da Minuta de Perfil de Competências Profissionais do Agente Comunitário de Saúde. Brasília, 2004.</p> <p>http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_acs.pdf</p> <p>http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2665.pdf</p> <p>http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revista/r170.pdf</p> <p>http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/hab_prof_agente_comunit_saude_mod1_unid2.pdf</p> <p>http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/perfil_acs.pdf</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

<p>Módulo: I Disciplina: Construção de Redes Comunitárias de Promoção da Saúde</p>	<p>CH: 40→ Teórica: 30 e Prática: 10</p>
<p>Ementa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais: conceito e importância. • Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. • Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. • Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. • Conselho gestor: conceito, finalidade e funcionamento. • O controle social da saúde e seus instrumentos. • O momento atual do SUS... A ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei. • Normas para o Controle Social no Sistema Único de Saúde. • Eixos Estruturantes da Política Nacional de Educação Permanente no Controle Social do Sistema Único de Saúde – SUS. • Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS. • Conferências de saúde – Nacionais, Estaduais e Municipais. 	<p>Bibliografia básica</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes nacionais para capacitação de conselheiros de saúde. Reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. A Prática do controle social: Conselhos de Saúde e financiamento do SUS. Reimpressão. - Brasília: Ministério da Saúde, 2002.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Política nacional de educação permanente para o controle social no Sistema Único de Saúde–SUS. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de Normas para o Controle Social no Sistema Único de Saúde. 2. ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de comunicação e informação em saúde para o exercício do controle social. 2. ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2007.</p> <p>http://revista-redes.rediris.es/pdf-vol12/Vol12_10.pdf</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: II Disciplina: Educação e Promoção da Saúde	CH: 80→Teórica: 60 e Prática: 20
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Processo saúde-doença: seus determinantes e condicionantes. • Promoção da saúde: conceito e estratégia. • Conceito de eficácia, eficiência e efetividade em saúde. • Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: integralidade, acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. • Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento destes problemas. • Informação, educação e comunicação: conceitos, diferenças e interdependências. • Cultura popular e sua relação com os processos educativos. • Formas de aprender e ensinar em educação popular. • Evolução conceitual da promoção da saúde, prevenção e controle das doenças, novo paradigma da saúde coletiva. • Levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. • Condições de risco social. • Política Nacional de promoção da saúde. 	<p>Brasil. Ministério da Saúde. Caderno de educação popular e saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.</p> <p>Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Educação em Saúde. Planejando as Ações Educativas Teoria e Prática. Manual para a operacionalização das ações educativas no SUS - São Paulo. São Paulo, 2001.</p> <p>BRASIL. Instituto para o desenvolvimento da saúde. Universidade de São Paulo. Ministério da saúde. Manual de Enfermagem. Brasília, 2001.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. 3. ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2010.</p> <p>http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/promocao_saude_prevencao_riscos_doencas.pdf</p> <p>http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade09/unidade09.pdf</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: II Disciplina: Promoção do Ambiente Saudável	CH: 60→ Teórica: 45 e Prática: 15
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente saudável – o ambiente como fator condicionante de saúde. • Plano Diretor Municipal – planejamento da ocupação e uso do solo. • Saneamento ambiental. • Noções sobre poluição ambiental (água, ar, solo, sonora e visual) e seus efeitos sobre a saúde. • Risco ambiental, sanitário e medidas de prevenção. • Política Nacional de Meio Ambiente. • Vigilância em Saúde Ambiental. • Relação Saneamento, saúde e meio ambiente. • Doenças relacionadas aos problemas de saneamento básico. • Decreto Nº 5.440, de 04 de maio de 2005. • Portaria Nº 518, de 25 de março de 2004. • Portaria Nº 1.172, de 15 de junho de 2004. • Instrução normativa nº 1, de 07 de março de 2005. 	<p>ALMEIDA, A. et al. Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios. V.2. 2007. 221p.</p> <p>BRASIL. FUNASA. Manual de saneamento. 3ª ed. Brasília: FUNASA, 2006.</p> <p>CARVALHO, A. R. de; OLIVEIRA, M.V. C. de. Princípios Básicos do Saneamento do Meio. EDITORA SENAC. 1997.</p> <p>DERISIO, J. C. Introdução a poluição ambiental. 3ª ed. 192p. 2007.</p> <p>PHILIPPI, A. Jr. Saneamento, Saúde e Ambiente. Coleção Ambiental. Editora Manole. 2005. 842p.</p> <p>REZENDE, S. C.; HELLER, L. O Saneamento no Brasil – Políticas e Interfaces. AUFMG. 2008.</p> <p>Marcatto, C. Educação ambiental: conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

<p>Módulo: II Disciplina: Promoção da Alimentação Saudável e Segurança Alimentar</p>	<p>CH: 40→ Teórica: 30 e Prática: 10</p>
<p>Ementa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Princípios da alimentação equilibrada. • Natureza, composição e funções dos alimentos e fontes de nutrientes. • Pirâmide dos alimentos. • Problemas relacionados com a alimentação: desnutrição, obesidade. • Procedimentos de higiene dos alimentos. • Necessidades nutricionais nas várias faixas etárias e estados fisiológicos: recém nascido, criança, adolescente, gestante, nutriz, trabalhador, idoso. • Técnica de seleção, conservação, prepara e armazenamento de alimentos. • Tabus alimentares. 	<p>Bibliografia básica</p> <p>Política Nacional de Alimentação e nutrição. Acessado em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2d_081111.pdf.</p> <p>Plano Nacional de Segurança alimentar. Acessado em: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/arquivos/LIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_FINAL.pdf.</p> <p>Guia Alimentar Para a população Brasileira – Promovendo a Alimentação Saudável. Acessado em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf.</p> <p>http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/guia_alimentar_bolso.pdf.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

<p>Módulo: II Disciplina: A Estratégia da Saúde da Família/Saúde Bucal</p>	<p>CH: 60→ Teórica: 45 e Prática: 15</p>
<p>Ementa</p>	<p>Bibliografia básica</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Família: ampliação do conceito, especificidades e diferenças. • A estratégia de saúde da família na atenção básica à saúde. • Portaria GM / 1886 de 8/12/97 – normas e diretrizes do PACS/ PSF. • Mapeamento sócio-político e ambiental: finalidades e técnicas. • Interpretação demográfica. • Conceitos de territorialização, microárea e área de abrangência. • Cadastramento familiar e territorial: finalidade, instrumentos, técnicas de registro da informação, preenchimento do cadastro familiar, consolidação e análise quantitativa e qualitativa dos dados. • Intersetorialidade. • Visita domiciliar. • Classificação de famílias de risco. • Organização da saúde bucal na atenção básica. • Atendimento domiciliar: finalidades, implementação, registro e avaliação dos resultados. • Noções de terapias alternativas. 	<p>Saúde da Família Panorama, Avaliação e Desafios. Acessado em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_familia_panorama_avaliacao_desafios.pdf</p> <p>Guia Prático do Programa Saúde da Família 1. Acessado em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/partes/guia_psf1.pdf</p> <p>Guia Prático do Programa Saúde da Família 2. Acessado em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/guia_pratico_saude_familia_psf2.pdf</p> <p>FONSECA, Angélica Ferreira (Org.) O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. O trabalho do agente comunitário de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: II Disciplina: Prevenção e Primeiros Socorros	CH: 60 → Teórica: 45 e Prática: 15
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Atribuições do profissional de saúde no suporte básico de vida. • Atendimento de urgência e emergência nas situações de traumas, ferimentos, queimaduras, afogamento, choque elétrico, desmaio, crise convulsiva, estado de choque, intoxicação, envenenamento e corpos estranhos no organismo. • Técnicas de reanimação cardiorrespiratória e controle de hemorragias. • Medidas de prevenção de acidentes domésticos. 	<p>Suporte Básico de Vida e Socorros de Emergência. Acessado em: http://lms.ead1.com.br/webfolio/Mod5986/mod_suporte_basico_v5.pdf</p> <p>Manual de Primeiros Socorros. Acessado em: http://www.imaginologia.com.br/extra/upload%20publico%20geral/Manual-de-Primeiros-Socorros.pdf</p> <p>Brasil, Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. FIOCRUZ. Vice Presidência de Serviços de Referência e Ambiente. Núcleo de Biossegurança. NUBio. Manual de Primeiros Socorros. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2003. 170p. Acessado em: http://www.ebah.com.br/content/ABAAAjUcAB/manual-primeiros-socorros-fiocruz.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: III Disciplina: Prevenção e Promoção da Saúde da Criança	CH: 60→ Teórica: 45 e Prática: 15
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. • Aleitamento. • Doenças prevalentes da infância. • Criança na fase escolar. • Vacina e imunização infantil. • Cartão da criança. • Avaliação nutricional. • Situações de Violência infantil. • Estatuto da criança e do adolescente. 	<p>Brasil. Ministério da Saúde. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Cadernos de Atenção Básica, n. 23.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2002. Cadernos de Atenção Básica, n.11.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência: Orientações para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.</p> <p>Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes - você é a peça principal para enfrentar este problema. Acessado em: http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/genero/livros.htm</p> <p>http://www.sbp.com.br/pdfs/calendario_vacinal_SBP2011.pdf.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: III Disciplina: Prevenção e Promoção da Saúde do Adolescente	CH: 45→ Teórica: 30 e Prática: 15
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Características físicas e necessidades psicológicas e sociais do adolescente. • Crescimento e desenvolvimento do adolescente. • Vacina e imunização na adolescência. • Apoio familiar e social ao adolescente. • Prevenção à gravidez precoce. • Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS. • Drogas e violências. • Diretrizes Nacionais para atenção integral à saúde de adolescentes. • Estatuto da criança e do adolescente. 	<p>Brasil. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. A saúde de adolescentes e jovens: uma metodologia de auto-aprendizagem para equipes de atenção básica de saúde: módulo básico. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência: Orientações para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.</p> <p>http://www.saude.goiania.go.gov.br/docs/secretaria/imunizacaoCalendarioBasico.pdf.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: III Disciplina: Prevenção e Promoção da Saúde do Adulto	CH: 75→ Teórica: 60 e Prática: 15
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Características físicas, psicológicas e sociais do adulto. • Programa de acompanhamento de doenças crônicas. • Vacina e imunização do adulto. • Prevenção e promoção da saúde. • Prevenção das disfunções: cardiocirculatórias, respiratórias, digestórias, metabólicas, urinárias, hematológicas, neurológicas, neoplasias e infecciosas. • Portaria_n_3125_hanseníase. 	<p>Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). Promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças na saúde suplementar. Manual técnico. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: ANS, 2007.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Plano Nacional de mobilização e intensificação das ações para a eliminação da hanseníase e controle da tuberculose. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. 2. ed. rev. Brasília : Ministério da Saúde, 2008.</p> <p>Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde do adulto, assistência clínica. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. 2. ed., 1.a reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.</p> <p>Saúde do adulto. www.nescon.medicina.ufmg/agora</p> <p>Manual de enfermagem. Acessado em: http://www.ee.usp.br/doc/manual_de_enfermagem.pdf</p> <p>http://www.saude.goiania.go.gov.br/docs/secretaria/imunizacaoCalendarioBasico.pdf.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: III Disciplina: Prevenção e Promoção da Saúde da Mulher	CH: 75→ Teórica: 60 e Prática: 15
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Saúde sexual e reprodutiva. • Direitos sexuais e reprodutivos. • Ciclo gravídico- puerperal e climatério. • Cartão da gestante. • Esquema vacinal da gestante • Aleitamento materno e desmame. • Métodos contraceptivos. • Controle de natalidade. • Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). • Humanização no processo de parto e nascimento. • Fundamentação para a redução de doenças e agravos ginecológicos e obstétricos. • Direitos constitucionais relativos à licença maternidade, paternidade, planejamento familiar e aborto. 	<p>Brasil. Ministério da Saúde. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada - manual técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: plano de ação 2004-2007. 1.^a ed., 1.^a reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. 2. ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. 1. ed. 2. reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: III Disciplina: Epidemiologia Aplicada	CH: 45→ Teórica: 45 e Prática: 0
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Epidemiologia e suas aplicações. • Métodos epidemiológicos: utilização como instrumentos de trabalho, planejamento e de investigação na saúde (tipos de agravos e notificação compulsória e imediata). • Aspectos da Epidemiologia Local, Regional, Nacional e Mundial. • Indicadores de saúde. • Estratégias de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas. 	<p>BARATA, R.B., 1996. Epidemiologia clínica: nova ideologia médica: Cadernos de Saúde Pública, 2:550-560.</p> <p>FORATTINI, O.P. Epidemiologia Geral. São Paulo: Livraria e Editora Artes Médicas Ltda. 2000.</p> <p>ROUQUAYROL, M.Z & Almeida Filho, N. Epidemiologia e Saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.</p> <p>GONÇALVES, R.B.M. Reflexão sobre a articulação entre a investigação epidemiológica e a prática médica a propósito das doenças crônico degenerativas. In: Epidemiologia, Teoria e Objeto (Dina Czeresnia Costa, org.). pp. 39-86. São Paulo, SP: Hucitec / ABRASCO. 1990.</p> <p>O Painel de Indicadores do SUS. Acessado em: http://www.fiocruz.br/redeblh/media/indicadsus1.pdf.</p> <p>Epidemiologia e Serviços de Saúde – indicadores de saúde. Acessado em: http://www1.saude.ba.gov.br/dis/arquivos_pdf/epidemiologiaServicosSaude.pdf.</p> <p>Noções básicas da epidemiologia. Acessado em: http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_690106550.pdf.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: IV Disciplina: Prevenção e Promoção da Saúde do Homem	CH: 60→ Teórica: 45 e Prática: 15
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Política nacional de atenção integral à saúde do homem. • As relações entre o homem e o trabalho, enfocando particularmente sobre o impacto do trabalho sobre a saúde do indivíduo. • Prevenção e promoção da saúde da população masculina. • Assistência a população masculina nas afecções clínicas e cirúrgicas. • Medidas de controle aos principais danos/agravs à saúde da população masculina com ênfase na educação para a saúde e o autocuidado. • A pouca adesão dos homens às ações de saúde. 	<p>Política nacional de atenção integral à saúde do homem. Acessado em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_nacional_atencao_integral.pdf</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Saúde do trabalhador. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.</p> <p>Estratégias em Gastroenterologia em atenção à saúde da população masculina. Acessado em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/seminario_homem_2010_4.pdf</p> <p>A questão do Gênero Masculino. Acessado em: http://www.uff.br/psienf/worksaudedohomem2.pdf</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Plano de Ação Nacional 2009-2011 da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: IV Disciplina: Prevenção e Promoção da Saúde do Idoso	CH: 60→ Teórica: 45 e Prática: 15
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Características e necessidades físicas, psicológicas e sociais do idoso. • Estatuto do idoso. • Programa nacional de saúde do idoso: princípios e diretrizes. • Prevenção de acidentes e doenças prevalentes no idoso. • Patologias crônicas degenerativas do idoso. • Redes de apoio familiar e social ao idoso. • Uso de medicamentos. • Situações e sinais de riscos. 	<p>Brasil. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso. 2. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: IV Disciplina: Prevenção e Promoção da Saúde Mental	CH: 60→ Teórica: 45 e Prática: 15
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão social dos portadores de transtorno mentais. • Saúde mental e atenção básica. • Proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e o modelo assistencial em saúde mental, de acordo com a Lei 10.216/2001. • Conceituação de Saúde Mental e Atenção Psicossocial. • Organização dos Serviços e das Modalidades de Atenção em Saúde Mental. • Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. • Atenção em saúde mental infanto-juvenil no SUS. • Os principais desafios da Reforma Psiquiátrica. 	<p>Brasil. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de enfermagem. Cadernos do aluno: saúde mental. 2. ed. 1.a reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.</p> <p>Saúde mental e atenção básica o vínculo e o diálogo necessários. Acessado em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/diretrizes.pdf</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. Relatório de Gestão 2003-2006. Ministério da Saúde: Brasília, janeiro de 2007, 85p.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: IV Disciplina: Promoção da Pessoa com Deficiência	CH: 40→ Teórica: 30 e Prática: 10
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas portadoras de deficiências: Conceito, Tipos, Prevenção e integração social. • Legislação que protege os direitos da pessoa com deficiência. • Medidas facilitadoras para a vida dos deficientes físicos. • Preconceito e discriminação • Direitos legais das pessoas com deficiência física. • Política nacional de saúde da pessoa com deficiência. • Atenção à pessoa com deficiência no SUS. 	<p>Brasil. Atenção à saúde da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.</p> <p>Cartilha de orientação para o atendimento a pessoas com deficiência. Acessado em: http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/CARTILHA_ATENDIMENTO_PESSOA_COM_DEFICIENCIA_AUREA_EDITORA.pdf</p> <p>Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência. Acessado em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2521/legislacao_portadores_deficiencia_5ed.pdf</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

Módulo: IV Disciplina: Sistemas de Informação em Saúde	CH: 80→ Teórica: 60 e Prática: 20
Ementa	Bibliografia básica
<ul style="list-style-type: none"> • Informação na Saúde. • Sistemas de Informação em Saúde. • Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIASUS). • Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI). • Sistema de Informação do Câncer do Colo do Útero e Sistema de Informação do Câncer de Mama (SISCOLO/SISMAMA). • Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos (HIPERDIA). • Sistema de Acompanhamento da Gestante (SISPRENATAL). • Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). 	<p>Indicadores demográficos e de saúde: a importância dos sistemas de informação. Acessado em: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_8.pdf.</p> <p>Sistema de informação em saúde: <i>Conceitos fundamentais e organização</i>. Acessado em: http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2249.pdf</p> <p>Capítulo 4 fontes de informação. Acessado em: http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/fontes.pdf.</p>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação propõe-se a englobar o processo de construção dos conhecimentos, das habilidades e valores, mediante a forma determinada de trabalho, concepção de aprendizagem, metodologia de ensino, de conteúdos e a relação docente/discente e discente/discente que deverá ser desenvolvida ao longo do ano letivo de acordo com as culminâncias propostas pelo calendário escolar. A praticidade dessa avaliação seguirá as prerrogativas contidas na Organização Didática do Desenvolvimento do Ensino do CTF.

O processo de avaliação do desempenho escolar realizado levará em consideração aspectos de assiduidade e aproveitamento. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do estudante e dos resultados por ele obtidos nas atividades avaliativas, partindo dos seguintes princípios:

- Inclusão de tarefas contextualizadas e diversidade de instrumentos avaliativos;
- Manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- Utilização funcional do conhecimento;
- Divulgação dos critérios avaliativos, antes da efetivação das atividades;
- Exigência dos mesmos procedimentos de avaliação para todos os alunos;
- Estratégias cognitivas e metacognitivas como aspectos a serem considerados na correção;
- Incidência da correção dos erros mais importantes sob a ótica da construção de conhecimentos, atitudes e habilidades; e
- Importância conferida às aptidões dos alunos, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

A avaliação é parte integrante do processo de formação e tem o objetivo de diagnosticar a construção dos conhecimentos, habilidades e valores; orientando mudanças metodológicas centradas no domínio socioafetivo e atitudinal e na aplicação dos saberes por parte do discente, processando-se de modo global, contínuo, sistemático e cumulativo em todos os componentes curriculares, com os critérios de julgamento dos resultados previamente discutidos com os discentes.

A sistemática de avaliação basear-se-á nos seguintes aspectos:

I – Ser diagnóstica, contínua e cumulativa, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e valores,

obedecendo à ordenação e à seqüência do ensino, bem como a orientação do currículo;

II – Observar a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do curso;

III – Criar condições para que o aluno possa construir ativamente seu conhecimento a partir de sua própria prática e das sucessivas mudanças provocadas pelas transformações gradativamente assimiladas.

É fundamental que os instrumentos da avaliação da aprendizagem estimulem o discente ao hábito da pesquisa, à criatividade, ao autodesenvolvimento, à atitude crítico reflexiva, predominando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Os instrumentos de avaliação serão diversificados, compreendendo exercícios com defesas oral-escritas, testes objetivos, provas discursivas, seminários, projetos orientados, experimentações práticas, feiras, atividades culturais, jornadas pedagógicas, dentre outros, com a utilização de, no mínimo, dois instrumentos diferenciados por culminância; sendo, obrigatoriamente, necessário o registro de qualquer procedimento de avaliação, tendo em vista uma avaliação progressiva ao longo do Semestre, considerando ainda a apuração da assiduidade do discente.

Os resultados das avaliações serão utilizados pelo docente para identificar os avanços e dificuldades do discente, com vistas ao redimensionamento do trabalho pedagógico na perspectiva da melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Os valores deverão ser observados por meio da iniciativa, relacionamento interpessoal, autonomia, responsabilidade, relacionamento com o público, utilizando instrumentos como fichas de freqüência, registro de entrega das tarefas, dos trabalhos individuais ou em grupos, seminários, lista de exercícios, exposições de trabalhos, provas e/ou relatórios técnicos. Para efeito de registro final do aproveitamento em cada componente curricular, será calculada a média aritmética das notas obtidas em cada culminância, sendo que será aprovado o aluno que obtiver nota mínima 6,0 (seis).

No caso da média semestral (MS) for menor que 6,0, será realizada uma Prova Final (PF), e terá a aprovação no componente curricular se a média aritmética das notas obtidas na média semestral (MS) e na prova final (PF) , for igual ou superior a nota 6,0 (seis).

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma segunda chamada para realização de provas ou atividades destinadas a atribuições de notas, consoante o calendário determinado para tal.

Ao discente que deixar de executar qualquer trabalho, prova ou tarefa de avaliação determinados pelo professor, perderá os pontos a eles destinados, ressalvados aos casos previstos neste documento.

O discente que obtiver freqüência inferior a setenta e cinco por cento (75%) do total da carga horária do componente curricular será considerado automaticamente reprovado no mesmo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

11. ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Supervisionado do Curso Técnico em Agente Comunitário constitui-se em carga horária obrigatória e específica para a formação do profissional para o mundo do trabalho, vez que propicia ao educando a realização de atividades em situações concretas do trabalho.

A disciplina de Estágio Supervisionado é a articuladora da prática pedagógica, promotora da prática propriamente e se constitui o eixo articulador das três dimensões do saber: **SABER SER, SABER CONHECER E SABER FAZER.**

Os objetivos do Estágio Supervisionado são:

- Desenvolver ações que busquem a integração entre as equipes de saúde e a população adscrita à unidade básica de saúde, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais e/ou coletividades;
- Realizar em conjunto com a equipe, atividades de planejamento e avaliação das ações no âmbito da adscrição da unidade básica de saúde;
- Desenvolver ações de prevenções e monitoramento dirigidas às situações de risco ambiental e sanitário para a população, conforme plano de ação da equipe de saúde;
- Desenvolver em equipe, ações de promoção da saúde visando à melhoria da qualidade de vida da população, a gestão social das políticas públicas de saúde e o exercício do controle da sociedade sobre o setor da saúde;
- Desenvolver ações de prevenção e monitoramento dirigidas a grupos específicos e a doenças prevalentes, conforme definido no plano de ação da equipe de saúde e nos protocolos de saúde pública;
- Desenvolver ações de prevenção e monitoramento dirigidas às situações de risco ambiental e sanitário para a população, conforme plano de ação da equipe de saúde;
- Preparar profissionais para atuar como técnicos junto às equipes multiprofissionais que desenvolvem ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais, em domicílios e coletividades.

O profissional Técnico em Agente Comunitário de Saúde realizará suas práticas pedagógicas, através do estágio supervisionado nas Unidades Básicas de saúde - UBS junto às equipes de Atenção Básica do SUS: Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde nos horários de funcionamento dessas instituições, manhã e/ou tarde de segunda a sexta - feira.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

12. DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

NOME DO PROFESSOR (A)	GRADUAÇÃO	PÓS - GRADUAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Francimeiry Carvalho	Enfermagem	Mestranda	DE
Jesanne Barguil B. Rocha	Enfermagem	Doutorado	DE
Keyla Rejane de O. Gomes	Enfermagem	Doutorado	DE
Lílian Garcia Demes	Enfermagem	Mestre	DE
Leonor Garcia	Enfermagem	Especialista	TP/20
Maria Luciene F. Rocha	Enfermagem	Mestre	DE
Martha Fonseca S. Martins	Enfermagem	Mestre	DE
Marttem Costa de Santana	Enfermagem	Mestrando	DE
Oscar Siqueira Procópio	Farmacêutico/bioquímico	Mestre	DE
Silvia	Enfermagem	Especialista	TP/20
Verbena Maria C. R. R. Feitosa	Enfermagem	Mestranda	DE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

13. ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O Colégio Técnico de Floriano dispõe de sede própria, onde dispõem de instalações técnicas-administrativas, pedagógicas, salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, sala de vídeo, alojamento, quadra esportiva e Unidade Básica de Saúde, laboratórios de: informática, introdução à Enfermagem, anatomia e fisiologia humana.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

14. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS

O estudante do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde na modalidade Subsequente, após integralizar todas as Componentes Curriculares, bem como, realizar o estágio curricular obrigatório, conforme critérios estabelecidos neste Plano de Curso serão diplomados por esta Instituição com a habilitação de Técnico de Nível Médio em Agente Comunitário de Saúde. Este Diploma dará direito a prosseguir estudos e possibilidade de acesso ao mundo do trabalho.

A expedição do diploma, certificado e registro é feita pela secretaria geral do campus, mediante solicitação. Os diplomas são assinados pelo Diretor Geral do CTF e pelo Diplomado e devidamente registrados, na forma da lei. Nos históricos escolares que acompanham os diplomas, serão explicitadas as competências definidas no perfil profissional de conclusão do curso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF

15. LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO CURSO

A elaboração do Projeto Político Pedagógico e a implantação do curso técnico de Agente Comunitário de Saúde no Colégio Técnico de Floriano está baseado na legislação vigente: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, Referencial Curricular Para Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, Lei 10.507, de 10 de julho de 2002 que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, Decreto nº 3.189, de 04 de outubro de 1999 que fixa diretrizes para seu exercício profissional.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO-CTF**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Floriano/PI
Janeiro/2013